

## **BRASILIA: os paradoxos da metrópole inconclusa**

JOAO MENDES ROCHA NETO - Doutorando do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professor do departamento de Geografia da UPIS/DF

DANILO DOS SANTOS MAIA JUNIOR - Professor do Departamento de geografia da UPIS/DF

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho pretende trazer ao debate algumas peculiaridades sobre o processo de metropolização de Brasília, mostrando sua gênese e evolução e compará-la as tendências espaciais encontradas nas outras grandes aglomerações metropolitanas do país, evidenciando, um processo desafiador, mostrando uma “metropolização superada”.

Para alcançar nosso propósito, revisitamos, de forma sucinta, teóricos que tratam da temática, buscamos fontes documentais, em órgãos oficiais, sobre a institucionalidade da aglomeração metropolitana de Brasília e analisamos alguns dados que revelam essa “metropolização superada”. Na fase de campo contamos com a colaboração dos alunos do Curso de Gestão do Território e Planejamento Regional, que se encontra sob nossa coordenação, a eles atribuo a co-autoria deste trabalho.

Não é possível dar continuidade ao trabalho sem que busquemos responder algumas perguntas: Se Brasília, surge sob a égide de um forte planejamento urbano, porque não foi capaz de superar problemas tradicionais que as metrópoles brasileiras apresentam? Que produtores do espaço urbano têm colaborado para esse acelerado processo de metropolização em Brasília? O que distingue Brasília das demais grandes cidades do país, levando a essa constatação que seu modelo de metropolização está superado?

E, para responder, a tais questões necessário se faz uma digressão, ainda que breve sobre o conceito de metropolização e suas nuances, conforme se discute na secção seguinte do trabalho.

### **Breve discussão do conceito de metropolização.**

Discutir epistemologicamente o conceito de metropolização, levaria a intensos debates e demandaria um espaço maior para análise. Assim, trazemos algumas contribuições teóricas que contribuirão para entender nosso objeto de pesquisa qual seja: um processo de metropolização ultrapassado, observando o caso do aglomerado de Brasília.

De forma preliminar devemos partir do entendimento sobre o processo de urbanização, o qual segundo Castells (2000); teria dois sentidos: 1) concentração espacial da população, dentro de limites de dimensão e densidade; 2) difusão de um sistema de valores, atitudes comportamentos denominado “cultura urbana” (p.39).

Verifica-se, então, uma composição espacial e cultural, mediada pela economia, a qual se concretiza no que Castells (2000, p. 40), define como Urbano:

...uma forma espacial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível **uma diferenciação funcional e social maior...[grifo nosso]**

Salientamos os aspectos anteriores pois é inegável o papel desempenhado pelas cidades no funcionamento da economia capitalista, como produto e (re)produtoras do sistema. Sua capacidade de protagonizar as atividades produtivas, do momento histórico, lhes permite essa centralidade. No entanto, se não acompanham os reclames da produção, logo são descartadas.

Esse mecanismo, de seletividade espacial pelo capital, leva a crescente incorporação de novas atividades a algumas dessas cidades e no espaço intra-urbano também, originando um espacialidade bastante complexa. Esse entendimento é corroborado por Castells (2000), ao dizer que a metropolização é

mais ampla que o simples aumento espacial e da densidade populacional, trata-se em verdade da: "...difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica..." (p. 53), e complementa, ao dizer que existe uma organização interna metropolitana, implicando uma interdependência hierarquizada das diferentes atividades.

Assim, compreende-se que o organismo metropolitano, alimenta, e se articula ao conjunto de mecanismos que viabilizam o capital (não somente urbano), e evidencia um modelo contraditório, incorporando atores econômicos e sociais, em uma arena de embates, na maior parte das vezes velados, em outras, manifestados sob formas diversas, em momentos de tensionamento. Dessa forma, é possível compreender a metropolização como um processo de expansão intensiva (de concentração de renda e riqueza) e extensiva (de concentração de pobreza manifestada espacialmente).

No entanto, não podemos entender o processo de metropolização e formação metropolitana nos diversos países como um "pastiche". Existem peculiaridades que conferem diferenciais, sobre tal aspecto, Castells (2000), em sua obra **A Questão Urbana**, analisa detalhadamente essas formas distintas do fenômeno metropolitano no mundo, verificando, assim que a evolução das cidades e, sua conseqüente metropolização, no Brasil, se manifesta diferentemente, não somente no país em relação aos outros, mas entre as metrópoles brasileiras, permite debates em torno da temática, que será objeto da secção seguinte.

### **Metropolização no/do Brasil**

Aqui não nos propomos fazer uma cronologia sobre a metropolização brasileira, a proposta é discutir que aspectos mais relevantes podem ser extraídos do processo e contribuir para o entendimento do nosso objeto de pesquisa.

No entanto, é necessário demarcar, os anos 1930, como importantes na expansão e o crescimento industrial do país e as décadas subseqüentes com a

implantação de infra-estrutura, que lançaram as bases do processo de urbanização no Brasil. Os Censos do IBGE apontam que em 1950 cerca de 64% da população ainda vivia no campo, passados vinte anos, o Censo de 1970, apontava 56% da população como urbana.

Entre as muitas conseqüências do modelo de urbanização brasileiro, a mais expressiva foi o crescimento explosivo das regiões metropolitanas. Essas cidades em face de sua importância econômica, nacional e regionalmente, passam a concentrar a geração de postos de trabalho e, conseqüentemente despontam como “eldorados”, se constituindo em áreas receptoras de intensos movimentos migratórios. Esse crescimento populacional, demandava espaços para reprodução, sobretudo para a moradia, desses contingentes. Assim, as metrópoles acabaram, pelo processo de conurbação, incorporando suas áreas rurais, expandindo suas manchas urbanas em direção aos municípios limítrofes, estava colocado de pé o espaço periférico metropolitano.

Desde a década de 1970, esse intenso crescimento das regiões metropolitanas, modifica-se em face de uma nova divisão técnica, social e territorial do trabalho no plano mundial, que resulta em uma refuncionalização dessas grandes cidades (CARLOS, 2001). Os dados censitários das décadas de 80 e 90 (demonstrados na tabela seguinte) comprovam que, o processo de metropolização desacelerou-se em relação aos anos 70.

Tabela 1 – percentuais de crescimento das principais áreas metropolitanas.

| <b>Metrópole</b> | <b>Taxa de crescimento – anos 80</b> | <b>Taxa de crescimento – anos 90</b> |
|------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| São Paulo        | 1,89                                 | 1,45                                 |
| Rio de Janeiro   | 1,03                                 | 0,77                                 |
| Belo Horizonte   | 2,53                                 | 2,00                                 |
| Porto Alegre     | 2,59                                 | 1,43                                 |
| Recife           | 1,80                                 | 1,10                                 |
| Salvador         | 3,09                                 | 1,59                                 |
| Fortaleza        | 3,51                                 | 2,35                                 |

|                 |             |             |
|-----------------|-------------|-------------|
| <b>Brasília</b> | <b>3,55</b> | <b>3,69</b> |
| Curitiba        | 3,04        | 3,43        |
| Belém           | 3,04        | 2,39        |
| Goiânia         | 3,67        | 3,30        |
| Manaus          | 4,58        | 2,73        |

Fonte: IPEA, 2001

Observa-se, portanto, que maior parte das regiões metropolitanas brasileiras deixaram de ser pólos de intenso crescimento populacional, sobretudo nas duas últimas décadas. Da média anual de 3,8 % nos anos 70, o crescimento das regiões metropolitanas baixou para uma média de 2% na década de 80 e para 1,5% na década de 1990.

O decréscimo do ritmo da tradicional metropolização se deveu a um conjunto de fatores econômicos e jurídico-institucionais. No âmbito legal, a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 25, delegou aos Estados a prerrogativa de instituir Regiões Metropolitanas. O rebatimento desse instrumento legal no urbano contemporâneo no país, é a existência de 22 regiões metropolitanas oficiais, contra 9 dos anos 80; e 26 aglomerações urbanas não metropolitanas, que antes eram a metade, segundo dados do IPEA (2001).

No aspecto econômico a globalização econômica se constituiu em um motor, uma vez que setores produtivos tradicionalmente instalados nas aglomerações metropolitanas se desconcentram em direção a cidades de porte médio, localizadas nas áreas dinâmicas do país, em um movimento que parece desagregar o tecido metropolitano, mas, na realidade, expande as hinterlândias dessas cidades hegemônicas. Sob o comando delas, há uma (re)hierarquização da rede urbana brasileira, com uma (velha/nova) distribuição de funções. Assim, as metrópoles arrefecem seu crescimento e: "...deixam de ser sistemas autocentrados para se transformar em potentes entrecruzamentos de redes múltiplas..." (VELTZ, citado por MATTOS, 2004, p. 165)

Como já observado, não somente a metropolização se distingue, mas também sua intensidade. A tabela mostra que, embora maior parte das regiões metropolitanas brasileiras apresentem quedas nas suas taxas de crescimento, existem exceções como Goiânia, Curitiba e Brasília, verificando-se que entre as

macro-regiões brasileiras o conjunto metropolitano que ainda apresenta maiores taxas de crescimento é o do Centro-Oeste.

É no Centro-Oeste que a urbanização têm acontecido de forma mais intensa nas últimas décadas, refletindo-se na metropolização de Goiânia e Brasília e na transformação de outras cidades em capitais regionais, como Cuiabá e Campo Grande, além do surgimento de velhos/“novos” centros que (re)desenham a hierarquia urbana regional e servem de suporte as modernas atividades econômicas (urbanas e rurais). Este crescimento e modificação do contexto urbano da região se constitui em objeto da próxima seção do artigo.

## **A URBANO(METROPOLIZA)ÇÃO DO CENTRO-OESTE**

O processo de ocupação da região Centro-Oeste, não é recente, remonta ao período das Entradas e Bandeiras. No entanto, essas expedições não foram capazes de garantir um cenário urbano expressivo para a região. O ciclo da mineração e as atividades que lhe eram complementares como agricultura de subsistência e pecuária, levou a fundação de cidades como Cuiabá, Vila Velha e Goiás. Tal fato se confirma nos estudos do IPEA (2001, p. 165), ao expressar a situação de Goiás (já naquele momento o estado de maior expressão regional):

Na virada do século XIX para o século XX, Goiás apresentava uma configuração espacial bastante fragmentada. O norte do estado era fragilmente articulado à economia do norte e Nordeste, chegando a se beneficiar dos estímulos provenientes do ciclo da borracha. O sudoeste do estado funcionando como um prolongamento da economia do Triângulo mineiro. O centro-oeste do estado, sede da capital, isolado dos estímulos mercantis, apresentando relações sociais de produção pré-capitalistas...

Constatava-se, então, que o Centro-Oeste possuía uma economia frágil, subordinada as demais regiões do país e, constituía um tecido urbano bastante esgarçado, pois a tradicional base econômica do Brasil esteve muito concentrada na sua porção litorânea, onde, também, localizava-se a primazia da rede urbana brasileira, nos períodos Colonial, Império e República Velha.

O “olhar” para o interior do país é muito recente e ganha maiores contornos, durante o governo de Juscelino Kubitschek e do seu Plano de Metas, responsável pela incorporação de um novo padrão de acumulação para a região, que pretendia integrá-la ao restante do país, a partir de três eixos: a) investimentos estatais na área de infra-estrutura, no sentido de solucionar os pontos de estrangulamento a economia regional; b) estímulo aos investimentos privados (nacionais e estrangeiros) através da instalação de plantas industriais; e c) interiorização do país, através do projeto da construção de Brasília.

A constituição, recente, da rede urbana da região Centro-Oeste pode ser observada, na tabela seguinte, observando-se, também sua expressividade no contexto nacional.

Tabela 2 - Cidades com mais de 50 mil habitantes

| Região       | Censos Populacionais |      |      |      |      |      |
|--------------|----------------------|------|------|------|------|------|
|              | 1950                 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| Norte        | 2                    | 2    | 3    | 7    | 15   | 27   |
| Nordeste     | 10                   | 15   | 24   | 37   | 54   | 72   |
| Sudeste      | 16                   | 38   | 58   | 105  | 148  | 189  |
| Sul          | 4                    | 10   | 24   | 42   | 59   | 76   |
| Centro Oeste | -                    | 3    | 5    | 10   | 15   | 24   |

Fonte: Censos populacionais, IBGE.

Ao analisarmos os números absolutos, observando somente o último resultado censitário a região Centro-Oeste continua sendo a de menor expressão. No entanto, quando observada a série histórica verificam-se motivos para reconhecer esse intenso processo de urbanização da região. Na década de 50, o Centro-Oeste, era a única região do país que não possuía nenhum centro urbano com população superior a 50 mil habitantes, nas décadas subsequentes a região se verifica uma acentuada progressão dessas cidades. Se fizéssemos uma suposição, para efeito comparativo, da existência, na região Centro-Oeste, de 1 (um) centro urbano com mais de 50 mil habitantes na década de 50, chegaríamos a virada do milênio com um número proporcional de cidades 24 vezes maior do

que o ponto de partida, contra 14 na região Norte, 7 no Nordeste, 12 no Sudeste e 19 na região Sul.

A rede urbana regional estrutura-se nas últimas décadas, oferecendo suporte as modernas atividades que chegam a região Centro-Oeste e possibilitando sua conexão ao restante da economia nacional e internacional, pelas médias cidades que surgem e/ou crescem em face desses setores produtivos, conectadas as metrópoles regionais, que por sua vez se conectam as metrópoles nacionais e globais, em uma elaborada rede de relações.

Ressalte-se, que o papel desempenhado por Brasília no contexto metropolitano brasileiro se distingue de todas as demais, em face de todo conjunto jurídico/institucional/econômico/político, que lhe confere peculiaridades e, possui reflexos evidentes na sua constituição como região metropolitana e na sua relação com esse entorno; aspecto que será objeto de discussão na próxima seção deste artigo.

### **Brasília: a metrópole (in)existente.**

Embora projetada para se constituir em uma cidade funcional e humanizada, Brasília adquire o fetiche de ser “monumento”, adquirindo contornos de espetáculo da “escola modernista” da arquitetura, um objeto a ser contemplado, negando, muitas vezes, o uso que é natural dos organismos urbanos. Holston (1993), oferece excelente contribuição em sua obra **A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.**

Seu projeto, na origem, se constituiu em um marco para o planejamento urbano em escala mundial e, por tal razão a cidade tem sido objeto de estudos e críticas acadêmicas. Na atualidade existem duas correntes que tratam do polêmico tombamento da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN e o seu reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para Cultura e Educação – UNESCO, como Patrimônio da Humanidade: a corrente preservacionista defendem a “pureza”, aqui entendida como originalidade do projeto e os desenvolvimentistas, que encaram o tombamento, como um obstáculo



ao desenvolvimento econômico da cidade e, como (re)produtor de uma espacialidade de violenta segregação e entendem uma necessária mudança (não radical) nas concepções urbanísticas da cidade.

O certo é que Brasília, ancorada numa economia terciária, cresce em ritmos alarmantes e ruma para a metropolização, a partir da década de 80, conforme mostra a tabela seguinte, complementado pela número 1.

Tabela 3 – Evolução da população de Brasília

|                     | 1960    | 1970    | 1980      | 1991      | 2000      |
|---------------------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| População residente | 141.742 | 546.015 | 1.177.393 | 1.637.164 | 2.743.461 |

Fonte: Censo Demográficos, IBGE

Para configurar esse espaço metropolitano, atuaram os agentes hegemônicos, capital privado e Estado, em “perfeita consonância”, uma vez que maior parte das terras da capital federal foi desapropriada e, sua ocupação se deu (e se dá) por licitações públicas, nas quais, o pesado ordenamento fundiário, determina áreas mínimas para ocupações distintas (comerciais ou residenciais) pressionando, sobremaneira, o preço dos lotes, que atingem valores só acessíveis aos capitalistas que atuam no mercado fundiário da cidade.

Esses processos reforçam antigos (e tradicionais) instrumentos de formação dos espaços metropolitanos. Ou seja, este conjunto de atores hegemônicos, atuou na produção de uma metrópole com vistas a manter uma segregação espacial entre si e os menos favorecidos materialmente.

Assim, Brasília, concebida como promessa do “moderno”, nega sua gênese a todo tempo, misturando-se aos mecanismos arcaicos de formação dos espaços metropolitanos, na medida que não rompe com o modelo perifizador com a presença de grandes “bolsões de pobreza”, que não estão mais presentes somente nas antigas cidades satélites (hoje Regiões Administrativas), mas transbordam para sua hinterlândia próxima (dos estados de Minas Gerais e Goiás), uma região denominada de “Entorno”. O professor Aldo Pavianni, em sua obra **Brasília: a metrópole em crise**, já discutia, com muita propriedade, a existência de três “Brasílias”, em uma alusão a esse processo de violenta periferização.

É esse espaço periférico (no sentido espacial e social) “complementar” a metrópole que pretendemos mostrar na secção seguinte do trabalho, realizando algumas análises, que procuram evidenciar esse modelo de “metropolização superada”, concentrador de grandes contingentes de pobreza e da ausência de infra-estrutura nas bordas metropolitanas, sem a pretensão de esgotar o debate.

### **O ENTORNO DE BRASÍLIA: terra de quem?**

Esse crescimento populacional e, conseqüente, metropolização, em direção ao Entorno, possui um conjunto de fatores exógenos que o antecedem, destacando-se:

- A forte política governamental que incentivava a imigração de mão-de-obra para a construção de Brasília, como já mencionado;
- Com a consolidação da Capital Federal, sobretudo nos governos militares, que investiram fortemente em políticas de interiorização, o Centro-Oeste constituiu-se então um novo pólo de desenvolvimento, atraindo assim as populações de regiões, que se encontravam estagnadas;
- Com a expansão da fronteira agrícola e o avanço da tecnologia no campo, pequenos e médios produtores se viram obrigados a vender suas terras dada à falta de competitividade frente aos grandes produtores, e como alternativa se fixaram no Distrito Federal ou no seu Entorno, sendo, estes, em grande parte, desprovidos de capital econômico, social e cultural.

O conjunto de fatores acima mencionados, aliado aos mecanismos de segregação espacial do centro metropolitano, já citados, criou desequilíbrios econômicos e sociais entre o ponto central (Plano Piloto), a área intermediária (Regiões Administrativas mais próximas do Plano) e a periferia longínqua (Regiões Administrativas da borda do Distrito Federal e cidades dos estados de Goiás e Minas Gerais, que fazem parte do Entorno), em um modelo concêntrico.

Essa diferente estrutura metropolitana interestadual, motivou a criação de uma Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno - RIDE<sup>1</sup>, identificada, pelas

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei Complementar Federal nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

esferas governamentais como uma instancia capaz de promover ações integradas entre a União, o Distrito Federal, e os Estados e Municípios que compõem a região, com vistas a solucionar problemas existentes<sup>2</sup>. Segundo o Ministério da Integração Nacional, a RIDE - Brasília é composta por 22 municípios e se espalha por 57.169 km<sup>2</sup>, compreendendo o Distrito Federal e os estados de Minas Gerais (com 3 municípios<sup>3</sup>) e Goiás (com 19 municípios<sup>4</sup>)

Além de se constituir em uma grande área periférica sob o aspecto espacial, conforme se verifica pela sua área, a RIDE de Brasília se afirma como uma das regiões de grande (e acelerada) concentração de pobreza e deficiência de infraestrutura, serviços e com baixa dinâmica econômica, conforme se verifica nos indicadores da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, disponíveis no sitio eletrônico do Ministério da Integração Nacional: a população da RIDE, cresce em médias de 13% no período de 1991 a 2000, e na contrapartida seu PIB, durante o mesmo período, apresenta variações que atingem no máximo 1,3% , desenhando um cenário futuro de extrema pobreza.

Se as taxas de crescimento populacional de Brasília continuam acentuadas, o conjunto de fatores já apontados, colaboram para que, nessa borda do Distrito Federal eles se tornem explosivos, aumentando esse espaço periférico, os números mais expressivos estão demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Municípios com maiores índices de crescimento da RIDE - Brasília.

| <b>Município</b>      | <b>Taxa de crescimento a. a.(%)</b> |
|-----------------------|-------------------------------------|
| Águas Lindas de Goiás | 14,42                               |
| Cidade Ocidental      | 5,06                                |
| Luziânia              | 7,18                                |

<sup>2</sup> Para tanto foi instituído no âmbito do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

<sup>3</sup> Unaí, Cabeceira Grande e Buritis.

<sup>4</sup> Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso, Cristalina, Luziânia, Formosa, Cabeceiras, Planaltina, Vila Boa, Água Fria, Padre Bernardo, Mimoso, Corumbá, Pirenópolis, Cocalzinho, Alexânia, Abadiânia, Santo Antonio do Descoberto e Águas Lindas.

|                     |      |
|---------------------|------|
| Novo Gama           | 5,29 |
| Padre Bernardo      | 6,23 |
| Planaltina de Goiás | 5,85 |
| Valparaíso          | 5,66 |

Fonte: Censo demográfico 2000, IBGE.

Com taxas de crescimento dessa ordem e com a pouca eficiência das políticas públicas voltadas para a região, é natural que o conjunto de problemas ali encontrados sejam complexos e de grande magnitude, o que pretendemos, discutir, brevemente nos parágrafos seguintes.

A ocupação desordenada do espaço, com surgimento de loteamentos irregulares, invasões e favelas. Ressalte-se que tal aspecto não encontra-se somente na área do Entorno, está presente em Brasília (Plano Piloto), com invasões tradicionais como a da Vila Telebrasília, a Estrutural e Itapoã (ambas transformadas em Regiões Administrativas), mas também, nos seus muitos condomínios irregulares de classe média, que encontra nessa estratégia de moradia a saída para a ausência de uma política habitacional.

Essa expansão desordenada vem trazendo graves problemas ambientais, sobretudo no que se refere aos aquíferos que abastecem a cidade e seu aglomerado. Estudos da Companhia de Água e Saneamento de Brasília – CAESB, apontam para um esgotamento em curto prazo, deixando a capital federal e seu aglomerado metropolitano sem água para consumo humano. As áreas de preservação da cidade também tem sido objeto de invasão e grilagem por parte de grupos, nem sempre excluídos, verificando-se que o forte ordenamento urbano nem sempre é “possível” de ser aplicado quando se trata desses estratos sociais.

A forte pressão sobre os serviços de infra-estrutura e dos equipamentos sociais (água, energia, esgotamento sanitário, educação, saúde e transporte), sobretudo pela população que não dispõe de serviços mais sofisticados e migra diariamente para as áreas centrais em busca deles. Aliado aos fluxos pendulares, a falta de um sistema de transporte coletivo eficiente, têm levado ao estrangulamento das vias de acesso ao Plano Piloto, que já sofrem com engarrafamentos a despeito de todas as obras viárias construídas na cidade nos últimos anos.

A segregação espacial, rebete na esfera econômica, social e cultural, da população que habita as três áreas que compõem a metrópole. Observa-se que a disposição concêntrica do aglomerado de Brasília possui fortes reflexos, não somente econômicos sociais, na medida que empurra para as periferias distantes a população de baixo poder aquisitivo e nelas (periferias) concentra espaços com baixa dinâmica econômica. Nota-se, também, a segregação cultural (não somente pela ausência de equipamentos), alimentada pelo discurso burguês que faz questão de “desconhecer” as áreas periféricas, mantendo-as “distantes”, em uma clara “apartação” das três “Brasílias”.

A falta de dinamismo econômico desse entorno, gera altas taxas de desemprego e, conseqüente concentração de renda nas áreas centrais do organismo metropolitano, alimentando um círculo perverso de (re)produção do capital, que promove uma diversificação do terciário no centro da metrópole, incentivando os fluxos pendulares, na busca de postos de trabalho e na prestação dos serviços públicos.

Existe, ainda, uma fraca institucionalidade no tratamento dos problemas metropolitanos de Brasília, uma vez que os investimentos públicos para a área originam-se de diversas fontes (União, Estados e Municípios) e, encontram um conjunto de atores e demandas complexas, que dificulta a gestão desse organismo. Esse se constitui na origem de todos os problemas encontrados anteriormente, pois transformar esses espaços periféricos implica em mudar a tendência existente, o que só será possível com uma forte institucionalidade e um planejamento sub-regional para a RIDE.

Esse imbricamento de fatores/resultados, desenha um cenário metropolitano, em que problemas de toda ordem se manifestam e, são intensificados, reproduzindo um modelo periférico, presente na formação das metrópoles do país, mas já em processo de mudança, como se observa na secção seguinte do artigo.

**BRASÍLIA: na contramão das tendências metropolitanas.**

A formação das metrópoles brasileiras se dá pela forte concentração de serviços nos seus núcleos centrais. No entanto, o crescimento e expansão das manchas metropolitanas começa a gerar fatores de (des)economias tratados por Corrêa (1999), o que explica as tendências espaciais dessas grandes cidades.

Aliado a esses fatores que encarecem (em todos os sentidos) a produção nas metrópoles, a economia global, traz consigo um *timing* curto, para que os lugares respondam de forma eficiente as suas demandas. Assim, as cidades, sobretudo as metrópoles, se vêm obrigadas a dar rápidas respostas as crescentes/diferentes/complexas necessidades do sistema capitalista. Para tanto, o uso do espaço intra-urbano, seguindo, as tendências de reestruturação territorial impõem a metrópole a sua utilização como centro de serviços, selecionando lugares no seu interior.

Então, é possível observar um espraiamento das manchas metropolitanas brasileiras em direção a espaços periféricos (ou peri-urbanos) nas suas formas espaciais, incorporando porções (áreas, regiões, zonas, bairros) a dinâmica da moderna economia, reproduzindo o capital imobiliário, a medida que (re)valoriza espaços, “escolhidos” pelo capital, muitos são os exemplos desse processo.

Vejamos a metrópole paulista, que vai se polinucleando, rumo as áreas metropolitanas próximas (Santos e Campinas), tecendo um aglomerado concentrador de modernos serviços e diversificado parque industrial, reafirmando sua posição hegemônica de área “core” da economia nacional. Figurativamente São Paulo, parece um “polvo”, pois seus tentáculos tomam diferentes direções, amalgamando um tecido metropolitano em um intenso processo de mudança da configuração tradicional centro-periferia.

O Rio de Janeiro, embora ainda concentre grandes bolsões de pobreza nas suas bordas metropolitanas, passa a concentrar uma gama de sofisticados serviços e incorpora um modelo que entrecorta, com áreas empobrecidas, o contato do centro com os pontos difusos da metrópole carioca, animando economicamente, áreas que até então, não desempenhavam papel relevante na vida produtiva da cidade, senão por concentrarem a força de trabalho. Um exemplo dessa forma de espacialização se verifica no vetor expansionista que

tomou rumo ao oeste da capital fluminense, onde serão realizados os Jogos Pan Americanos de 2007.

Metrópoles como Fortaleza, Salvador, Recife e Belém, caracterizadas por uma urbanização antiga e sítios naturais aprazíveis que atuaram como concentradores das elites locais e de atividades econômicas, assistem nos últimos anos uma desconcentração de atividades tomando rumo em direção aos municípios de seu entorno, que se não adquirem autonomia em relação ao centro metropolitano, se tornam menos dependentes dos serviços e da infra-estrutura do município-núcleo, além de promover a valorização fundiária de espaços vistos como periféricos, redefinindo a dinâmica econômica das metrópoles, promovendo uma migração intra-urbana das classes média e alta, observada nos condomínios sofisticados e da diversificação dos serviços presentes nessas novas áreas de (re)localização do capital urbano.

Cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Goiânia, caracterizadas pela presença longínqua do litoral, não deixam de possuir sítios naturais aprazíveis (montanhas, matas, lagos, lagoas e rios), também espalham-se levadas por vetores de crescimento rumo aos municípios metropolitanos, animando as forças capitalistas que atuam para construir (e reproduzir) o espaço urbano-metropolitano.

O que diferencia Brasília das demais cidades é a dinâmica (ou ausência) espacial encontrada no seu tecido metropolitano. Pois, respondendo aos agentes (re)produtores do espaço urbano, as (velhas) metrópoles brasileiras, “encontraram” vetores de expansão (intensiva e extensiva) do capital, rumo a suas tradicionais (antigas) áreas de periferia, ao contrário de Brasília que tem modelado seu tecido metropolitano concentrando riqueza em um núcleo e gerando pobreza no seu extenso anel metropolitano.

### **OBSERVAÇÕES FINAIS**

Observando as tendências espaciais metropolitanas, constata-se que a tradicional configuração centro-periferia, riqueza-pobreza, presença-ausência (de

infra estrutura e serviços), adquire uma nova dinâmica e se configura em tendência a um novo ordenamento (não planejado) intencional das metrópoles.

Ao analisar o processo de metropolização de Brasília, nos deparamos com alguns paradoxos, por isso entendemos ser superado (no tempo). O primeiro, de ser um projeto de cidade que propõe o “moderno” sem propor a modernidade, uma vez que sua morfologia urbana não acompanha as tendências espaciais das demais metrópoles brasileiras.

O segundo paradoxo, supõe, utopicamente, uma cidade para ser “vívida” por todos seus habitantes, humanizada, longe dos mecanismos perversos que promoveram a periferização das (antigas) metrópoles do país, no entanto, se verifica que o urbano não pode ser alcançado por todos, a cidade que nasceu para ser “justa” permite, e reforça, a propriedade privada e a capitalização exacerbada.

E por último, o organismo urbano pensado para negar as formas metropolitanas, em que, o pesado arcabouço legal, seria instrumento para sua gestão e controle, passa a ser o mecanismo de “inclusão” na periferia, reforçando uma tendência espacial que já “caducou” nas demais metrópoles, por isso entendemos como superada (não no sentido de vencida, mas de ultrapassada) a metropolização de Brasília.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília: SPR/Ministério da Integração Nacional, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Brasília: SCO/Ministério da Integração Nacional/IICA, s/d.



CARLOS, Ana Fani. A metrópole polifônica – poliorâmica. In: Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. SPOSITO, Maria Encarnação (org). Presidente Prudente: EDUNESP, 2001.

CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1999.

HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IBGE. Censos Demográficos (1950, 1960, 1970, 1991, 2000).

IPEA. Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil: redes regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR, 2001.

MATTOS, Carlos. Redes, Nodos e Cidades. In: Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.

PAVIANI, Aldo. Brasília: a metrópole em crise. Brasília: EdUnB, 1989.

## **RESUMO**

O presente artigo pretende trazer ao debate a morfologia da “Brasília metropolitana”, observando sua dinâmica espacial que se distingue das demais áreas metropolitanas do país reproduzindo uma espacialidade marcada pela periferização espacial e social já ultrapassada pelas demais grandes cidades brasileiras.

## **Palavras-chaves:**

Metrópole, Brasília, Entorno, metropolização, dinâmica urbana.